

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO

TEACHING YOUTH AND ADULTS: A REFLECTION

Maria Berenice Weiss Machado*
Ana Luiza Ruschel Nunes**

Resumo

Este estudo, tem como propósito, refletir de forma crítica, a alfabetização de jovens e adultos, tendo presente o contexto histórico que estamos vivendo e o perfil do trabalhador frente às novas bases tecnológicas do mundo globalizado, que exigem a formação de um homem autônomo, crítico e reflexivo. Para atingir esse objetivo, efetivou-se uma pesquisa histórica de caráter bibliográfico. Num primeiro momento, faz-se um histórico da alfabetização no Brasil; num segundo momento, enfatiza-se o financiamento da educação básica no Brasil (1549-1996); num terceiro momento, aborda-se a alfabetização de jovens e adultos: perspectivas de um currículo; num quarto momento discorre-se sobre a alfabetização de adultos na concepção de Paulo Freire. Por fim, tece-se algumas considerações finais.

Palavras-chaves: alfabetização – jovens e adultos – Paulo Freire.

Abstract

The largest purpose of this study is to reflect on the process of teaching youth and adults to read on a critical way, having in mind the historical context that we are living as well as the profile of the worker in the face of the new technological basis of a globalized world that requires the formation of an autonomous, critic and reflective man. In order to reach this goal a historical research of bibliographical character has been made. In a first moment a historical approach of teaching reading and writing is made. In a second moment the financial status of basic education in Brazil (1549-1996) is emphasized. In a third moment teaching youth and adults to read: perspectives of a curriculum is approached. In a fourth moment the teaching of reading is approached according to Paulo Freire's conception of it. Finally some final considerations are made.

Key words: teaching to read – youth and adults – Paulo Freire.

* Pós-graduanda em Educação – Área de concentração séries iniciais. URI - São Luiz Gonzaga.

**Professora Dra. em Educação – CE/UFSM.

1 Introdução

Neste final de século, as exigências colocadas pelo avanço da ciência e da tecnologia, combinadas com um modelo econômico, que exige a competição mercadológica levada aos extremos, a educação tem sido motivo de várias discussões em todos os setores da sociedade, principalmente nos meios governamentais, que trazem em seus projetos para o Brasil esse modelo econômico. De toda essa discussão podemos detectar algo de positivo, nunca se discutiu tanto educação como atualmente.

O período histórico que estamos vivendo, nos aponta um cenário político globalizado com viés claramente excludente. O que isto representa na política educacional? Que relação existe entre esta política neo-liberal e a atuação no chão da escola?

Deve-se direcionar a educação para a formação de um homem novo, consciente de suas capacidades, detentor de senso crítico, transformador de sua realidade e criador de uma nova sociedade.

O eixo das idéias de Paulo Freire é a liberdade. Ou seja, o aprendizado só se dá na medida em que os educandos dele participem livre e criticamente.

2 Memória Histórica da Alfabetização no Brasil

A problemática atual da alfabetização-analfabetização no Brasil, é o reflexo das características dos diversos períodos da educação brasileira, na qual a relação contraditória intrínseca com as transformações econômicas, sociais e de suas lutas pelo poder político, são usadas como instrumentos ideológicos de dominação e submissão, permanecendo e fortalecendo a desigualdade social.

Neste sentido, a educação se opõe à noção de bem comum da população e incorporada à manifestação capitalista intelectual, condiciona o trabalho pedagógico a uma relação de que: quem sabe manda, quem não sabe obedece. Desta forma, a função social do saber, é despolitizar, é alienar o homem de si próprio e em consequência transformá-lo em objeto de produção da máquina estatal.

Portanto, as conexões entre educação e estrutura social global são reificadas, e na medida que isto acontece, a política global reúne e orienta suas metas de poder sobre e acima dos homens e seu alcance de possibilidades de modificações é negada pelo próprio poder. (SARUP, 1980, p.125)

A educação no Brasil teve início no ano de 1549, com a chegada dos jesuítas, enviados pela coroa portuguesa com a missão de cristianizar os indígenas e de transmitir-lhes padrões da civilização ocidental cristã.

Estes ensinamentos garantiam, de um lado, a salvação do indígena pela fé; de outro, a submissão, o recrutamento e o comando da mão escrava indígena para a exploração da terra, em favor do enriquecimento das classes dominantes metropolitanas e coloniais.

A partir daí, se estabelece o jogo dúbio ideológico político de uma educação, que se perpetua até nossos dias, como intencionalmente promulgada como neutra, apolítica; entretanto, voltada para a conservação de um pacto social hierárquico, elitista e opressivo.

Neste sentido, pode-se justificar o descaso e até mesmo lacunas, que se evidenciam especialmente, quanto à alfabetização do povo, ao longo da história, de uma época para outra.

O descaso com a educação elementar do povo continua, e perpassando o primeiro período republicano, atinge a década de 20, consolidando apenas intenções “simbólicas” de educação pública.

A década de 30, pode ser considerada como um grande marco na abordagem política educacional brasileira, rompendo quase que completamente, com o pacto oligárquico, abrindo espaço a novas diretrizes econômicas, políticas e educacionais.

O desenvolvimento capitalista implantado no país exigiu que o governo cedesse espaço para mudanças sociais e políticas, pois só assim teria consumidores para o mercado interno que se ampliava. Para isso, permitiu a mobilização das classes populares como alternativa de melhorar o poder aquisitivo e a qualificação dos trabalhadores.

Outro fator político marcante nos anos 50, é o caráter desenvolvimentista geral do país e no setor educacional; as campanhas de alfabetização visam além do contingente eleitoral, intensificar a preparação de mão-de-obra barata necessária para a indústria.

Ao iniciar a década de 60, assistimos um novo panorama de acontecimentos na sociedade brasileira; o crescimento econômico decaiu e acelera o processo inflacionário e, novamente, os líderes populistas para garantirem o poder, cedem espaço à ampliação das bases populares. Os partidos políticos, as passeatas dos estudantes, as greves são oportunizadas pelas crises no poder, principalmente com a instabilidade que se gerou no país e que causou até mesmo a renúncia de Janio Quadros. Em seu lugar assume João Goulart, que conservando o caráter populista herdado, continua a dar ênfase às campanhas de alfabetização como suporte de sustentação do poder.

Apesar do clima agitado, diversos grupos voltam-se à promoção de programas de educação em massa de adultos, apoiados pelo atual governo da época. Internamente estes grupos se dividem, de um lado a mobilização tradicional pela multiplicação de contingente eleitoral e de mão-de-obra

barata a curto prazo. De outro, finalmente emerge uma nova concepção, tendo como respaldo, a ideologia de Paulo Freire.

“Paulo Freire não queria somente ensinar a ler e a escrever e nem, muito menos, tornar o analfabeto uma pessoa só capaz de ler o nome dos candidatos nas campanhas eleitorais, isto é, fazer do analfabeto um alfabetizado para poder dar o seu voto aos candidatos interessados ou ‘interesseiros’ neste voto. Paulo Freire tinha, como objetivo no seu processo alfabetizador, educar as massas para a sua participação consciente e crítica na realidade política do país, sem serem vítimas de explorações opressivas e enganadoras dos retentores do poder.” (SIMÕES, 1979, p.12)

Na verdade, a ideologia de Paulo Freire, representa uma tentativa explícita de formulação de uma contra-ideologia, através da ruptura homem-objeto, para uma relação homem-sujeito que constrói e reconstrói sua história, não de maneira particular, mas comunitária.

Por isso, com a intervenção militar em 64, o regime de ditadura elimina imediatamente qualquer movimento participativo do povo, gerando em toda a sociedade uma comunicação de povo, sem povo.

Até 1965, o Ministério de Educação, sob as diretrizes políticas deste regime repressivo, deixa de lado a educação de adultos, ou seja, a alfabetização; porém, esta estratégia tem repercussão negativa, principalmente em âmbito internacional. Então, a UNESCO intervém, solicitando a todos os países membros que se voltem para a questão do analfabetismo, como condição essencial de desenvolvimento econômico.

No Brasil, um sistema nacional de ensino só foi estruturado nas primeiras décadas de 1900, em função da industrialização e da conseqüente urbanização do país. O principal objetivo da escola para as “massas” era integrar os trabalhadores e seus filhos nesse desenvolvimento, pois para as elites já existiam os colégios, liceus, ginásios e algumas escolas públicas que atendiam a uma minoria.

Hoje, há de se pensar a questão da alfabetização como princípio de dignidade humana e como ato político de preparação do indivíduo para participar na construção e reconstrução histórica.

É aqui também, o momento de colocar as idéias de Paulo Freire, e como ele, fazer da educação um ato político, onde alfabetizar-se implique, antes de mais nada, aprender a ler o mundo compreendendo seu contexto e ser capaz de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através da prática consciente. (FREIRE, 1985, p.22)

3 O Financiamento da Educação Básica no Brasil (1549-1996)

O Brasil foi invadido pelos Portugueses em 1500; somente em 1549 foi fundada a primeira escola, o Colégio dos Meninos de Jesus, Salvador. Daí, até 1758, a educação “oficial” foi confiada aos religiosos da Companhia de Jesus, que fundaram 15 Colégios além do da Bahia e mais de uma centena de escolas de primeiras letras em todas as Capitânicas da Colônia. Financiados como? Em princípio, por uma dotação real, na prática? pelas rendas do trabalho escravo e dos Irmãos Coadjuutores nas fazendas de gado e cultura da Companhia. Resultado: mais de 250 anos de ausência de investimentos públicos na educação, de irresponsabilidades do Estado no financiamento do ensino básico.

O ato adicional de 1834 à Constituição Imperial de 1824 dispôs que o ensino primário e secundário, público e gratuito, seria financiado pelas Províncias, que poderiam investir parte do imposto do consumo por elas arrecadado da nascente atividade comercial. O desafio era imensamente superior às finanças provinciais: em cada uma delas se fundou um colégio secundário (praticamente uma reedição dos 17 colégios jesuíticos) e a rede de escolas primárias foi aumentando lentamente na medida do crescimento da população urbana, e da disponibilidade de recursos financeiros. Assim, oportunizou-se o crescimento mais rápido do ensino privado comunitário e confessional, pagos pelas famílias em dinheiro, em víveres ou mesmo em trabalho dos estudantes. A abolição da escravatura e o aumento das correntes migratórias do exterior trouxeram novas pressões de demanda que coincidiram com a Proclamação da República, tempo da afirmação liberal do ensino público e gratuito para todos. Mas, com que dinheiro, se os recursos de impostos eram escassos e as matrículas crescentes? Daí o século XX se caracterizar por uma intensa disputa de verbas entre as ações de educação e saúde e os investimentos do Estado na infra-estrutura econômica para o desenvolvimento industrial. Em quatro Constituições oscilamos entre impostos vinculados ou não ao ensino. E, nos gastos públicos com a educação, a disputa entre priorizar o ensino fundamental, o ensino superior ou outros níveis da escolarização.

Em 1988, presente este acúmulo histórico de padrões insuficientes para financiar uma educação básica pública de qualidade, os constituintes asseguram ensino obrigatório gratuito no nível fundamental para todos os brasileiros: isto significa matrículas para mais de 100 milhões de crianças, jovens e adultos. Em números de hoje, a um custo-aluno-anual de R\$ 600,00, que significa o correspondente a uma mensalidade de R\$ 50,00 numa escola privada, abaixo portanto do seu nível médio de qualidade, o Estado brasileiro precisaria gastar 60 milhões de reais, ou seja, 10% do PIB, só no ensino fundamental, sem contar a educação infantil de 0 a 6 anos, o ensino médio e a educação superior.

Para tanto, a Constituição destinou 18% dos impostos federais (IR, IPI, ITR, IOF, II, IE e IGP), 25% dos impostos estaduais (FPE, ICMS, IPVA e ITCD) e 25% dos municipais (FMP, ITR, ICMS, IPVA, IPTU, ISS e ITBI), além da contribuição social do Salário Educação.

Se a meta é universalizar um ensino fundamental público de qualidade (Art. 206 da CF), está clara a inadequação do esquema de financiamento: os recursos são visivelmente insuficientes não só para a clientela potencial (100 milhões) como para a atual (36 milhões de matrículas disporiam somente de 20 bilhões de reais, o que significa 560 reais por aluno/ano) e precisam ainda ser mais bem distribuídos, com algum critério de equidade e racionalidade.

4 Alfabetização de Jovens e Adultos: Perspectivas de um Currículo

As diretrizes e bases da educação nacional dispõem em seus diversos artigos, leis norteadoras de princípios que contemplam todas as modalidades de ensino: a educação básica, educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O poder público garante a gratuidade do ensino para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, considerando as suas condições para garantir o acesso e a permanência na escola podendo haver flexibilidade de horário, adaptados às necessidades do aluno para garantir-lhe o desempenho educacional sem prejuízos a seu trabalho.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Os cursos e exames supletivos são oferecidos em caráter regular obedecendo as normas estabelecidas. No que diz respeito ao ensino fundamental para os maiores de quinze anos. E no ensino médio para os maiores de dezoito anos.

Quando os educandos demonstrarem conhecimentos e habilidades adquiridos no seu cotidiano, terão o devido reconhecimento mediante exames prestados no estabelecimento que estiverem matriculados.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

(...)

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

Os cursos de atualização constantes para jovens e adultos pouco escolarizados são amparados na forma da lei, sejam presenciais ou a distância, o que contribui progressivamente para o aperfeiçoamento contínuo da classe trabalhadora desejante de se aprimorar contribuindo para o crescimento pessoal e o desenvolvimento nacional.

O quadro de escolaridade do brasileiro ainda é deprimente, apesar dos esforços feitos pelo governo e das exigências de aperfeiçoamento educacional decorrentes do próprio mercado de trabalho. Conforme dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 74 milhões de integrantes da População Economicamente Ativa (PEA) do país, 48% não têm o 1º Grau completo.

Dados do Ministério do Trabalho, tendo como base a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), indicam que de um universo de 35 milhões de trabalhadores, 15% deles não têm instrução ou têm até a 3ª série do 1º Grau. Apenas 10% concluíram curso superior. No meio rural a situação é mais grave.

Continua o Brasil tendo um índice de analfabetos. Como alfabetizá-los?

Acredita-se que o primeiro passo seja estimular o adulto para que

acredite que pode “descobrir” a leitura e a escrita em sua vida. Isso depende de uma campanha voltada a ele: o adulto analfabeto. Mostrar-lhe que pode e lhe é dada essa oportunidade, é emergencial.

É muito importante não esquecer que esse aluno criou seus códigos para conviver num mundo letrado. Como ele identifica o posto do INSS, o nome dos remédios, ruas, etc.?

Discutir as leis e a justiça faz parte de um currículo vivo que atrai o aluno. O adulto, assim como a criança, precisa ser atendido na escola por um currículo amplo (Leitura do mundo – Paulo Freire). Discutir sobre relacionamento humano e educação dos filhos pode ser inserido nesse currículo.

5 A Alfabetização de Adultos na Perspectiva Freireana: Uma Alternativa Pedagógica.

Paulo Freire escreveu *A importância do ato de ler* dois anos após seu retorno ao Brasil. Esse livro reúne três artigos que se comunicam acerca do ato de ler e de aprender; fala também sobre a importância das bibliotecas populares.

Para Freire, o ato de aprender a ler, a escrever, a alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, a entender o seu contexto; é saber os porquês de tantas indagações sem respostas como a fome e a miséria. Aprender a ler o mundo é não se contentar em apenas escrever algumas palavras, sem compreender a dinâmica que une linguagem e realidade. Assim, aprender a ler e escrever são atos de educação que por sua vez deve estar comprometida com a libertação dos homens. Para FREIRE a educação é um ato essencialmente político:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. (...) Isto significa ser impossível de um lado uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. (...) Entendemos então facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder. (ibid, 1987,p.26)

O método de Paulo Freire nasceu no início dos anos 60. O educador inspirou-se na experiência positiva dos chamados círculos de cultura, grupos de debate surgidos do Movimento de Cultura Popular do Recife. Os grupos promoviam debates sobre temas variados, sem promoção prévia, que surgia a partir de uma consulta aos participantes. Os resultados levaram Paulo Freire a propor a mesma metodologia para a alfabetização, que se daria num período relâmpago de apenas 40 horas aula.

O método se mostrou eficaz por partir da realidade do alfabetizando, de fatos de sua vida cotidiana. Ele obedece às normas metodológicas e lingüísticas, mas vai além delas, porque desafia quem se alfabetiza a usar palavras para se politizar, tendo uma visão ampla da linguagem e do mundo. O educador nega a mera repetição de frases, palavras e sílabas ao propor aos alfabetizando “ler o mundo” e “ler a palavra”. Freire criticou as cartilhas após tê-las estudado minuciosamente nos anos 50.

Assim, o método é algo fundamental enquanto caminha para alcançar um fim. Nesta direção, apontamos o método de formação da consciência crítica que passa por três etapas distintas, que podem ser assim descritas: etapa da investigação, etapa da tematização e etapa da problematização.

(...) preconiza que o ato de ensinar exige: pesquisa; respeito; criticidade; estética e ética; reflexão crítica sobre a prática; consciência do inacabamento; respeito a autonomia do ser do educando; bom senso; apreensão da realidade; alegria e esperança; a convicção de que a mudança é possível; curiosidade e segurança; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar; disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos. (FREIRE, 1996)

Este final de século exige das Instituições Educacionais um repensar coletivo que envolva a comunidade escolar para a melhoria na qualidade da educação. Mas acima de tudo o professor necessita ter uma postura reflexiva-crítica, uma postura de professor-pesquisador. FREIRE (1993)

(...) retoma também o papel do professor e a relação ensinar e aprender, quando diz que o papel do professor é ensinar. Porém ensinar não é transferir conhecimento. O ato de ensinar se constitui como tal se o ato de aprender for precedido, ou concomitante ao “ato de aprender o conteúdo, ou o objeto cognoscível, com que o educando se torna também produtor do conhecimento que lhe foi ensinado”. (ibid,p.118)

Para Freire, dessa maneira não apenas se conhece o processo ensinar e aprender, mas pode-se vivenciá-lo. Mas para vivê-lo é preciso disciplina; essa disciplina não é apenas intelectual, teórica – é uma disciplina que não pode se separar da disciplina política, “indispensável à intervenção da cidadania”.

DEMO (1995, p.212) afirma que “a educação, ciência e tecnologia são os móveis mais decisivos das mudanças estruturais sobrevividas neste final de século”. Nesse sentido, torna-se necessário que se construa uma didática fundamentada no aprender a aprender. Por isso é fundamental que o educador perceba e aceite que o acesso ao conhecimento é limitado, e

que o aluno tem autonomia para buscar o saber que hoje o mundo lhe oferece.

“(...) ensinar também é saber escutar o outro. E isso quer dizer, ensinar é também fazer com o outro; num processo de construção dialógica, dialética e coletiva.” (FREIRE, 1997)

Por considerarmos os sujeitos em sua complexidade, o professor de jovens e adultos não pode deixar de lado o *diálogo entre as diferentes áreas*¹ do conhecimento.

É preciso ver o homem-razão, mas não podemos deixar de percebê-lo também com as sensações, as emoções e os movimentos que também são “partes de todos nós”. É esta complexidade que nos faz sermos o que somos, e é nesta que se revela a incompletude constante, que se justifica, na visão psicanalítica, pela falta, pelos desejos.

Desta forma o Educador de Jovens e Adultos é alguém que precisa ser um *leitor de si mesmo*, refletindo, sistematicamente, sobre a sua prática, o seu fazer pedagógico; o que sabe e o muito que desconhece, as suas contradições enquanto educador, os seus receios e inseguranças; para que possa vislumbrar as suas faltas e buscar formas de supri-las. É partindo desta leitura, *leitura crítica de si*, que poderá, em exercício concomitante, executar a *leitura do mundo* que o cerca.

Sob este olhar podemos destacar a importância do educador enquanto pesquisador. Pesquisador porque investiga/reflete sobre si e a sua prática cotidiana; porque lê; dialoga com autores, de forma crítica, analisando sempre, na busca de elucidar as questões complexas que perpassam a sala de aula. Buscamos em FREIRE (1997) a inspiração para nos complementar:

“Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente a de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se permita e se assuma, porque professor, como pesquisador.” (ibid,p.32)

Mas ser investigador implica no ser *intensamente curioso* a fim de poder despertar e provocar a curiosidade dos próprios alunos, assim como nos fala, mais uma vez, FREIRE (1997, p.97):

“Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache ‘repousado’ no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser huma-

no. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer”.

É nesta postura de mediador/problematizador, que investiga, no refletir sobre o fazer, fazendo, no exercício da *escuta sensível*² em educação, na proximidade de seus alunos e na construção coletiva, que se constitui o Educador de Jovens e Adultos.

6 Considerações Finais

Pode-se verificar que, apesar de estarmos prestes a entrar no novo milênio, ainda a alfabetização não é uma apropriação de todo o cidadão e, portanto, historicamente, a alfabetização se eletizou, excluindo grande massa da população brasileira de ter acesso ao mundo letrado.

O financiamento da educação básica no Brasil, nos mostra um acúmulo histórico de padrões insuficientes para financiar uma educação básica e pública de qualidade. Há ausência de investimentos públicos na educação. Esse quadro precisa ser mudado.

Sabe-se que é incontestável a importância da alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

A cada dia que passa, está mais visível a dificuldade dos jovens e adultos analfabetos ingressarem e/ou permanecerem no campo de trabalho e, principalmente, de acompanhar as novas bases tecnológicas do mundo globalizado.

É preciso incentivá-los a freqüentar uma escola onde encontrem na alfabetização, o caminho natural e prazeroso para o domínio da língua escrita.

Trata-se de um processo cauteloso, pois além da necessidade de estimulação, é também necessário que sejam oferecidas as devidas condições tais como: professores preparados, atividades interdisciplinares, oferecimento dessa modalidade de ensino pelas instituições educacionais (sabe-se que atualmente poucas escolas proporcionam essa modalidade de ensino), entre outras.

Além disso tudo, o mais importante é que haja vontade política e disposição das direções das escolas, das autoridades de ensino com poder de decisão e de todas as pessoas envolvidas no processo político pedagógico educacional.

Como afirma Paulo Freire (1985), a questão da alfabetização implica numa reflexão sobre o social, onde a educação é um ato político aprendendo a ler o mundo...

² BARBIER, 1993.

A família deve dar sua contribuição para incentivar o analfabeto a alfabetizar-se. O jovem e o adulto devem ser conscientizados de que, é através da escolarização, que poderão ter uma participação ativa na transformação da sociedade.

Os professores devem oportunizar aos jovens e adultos, atividades que conduzem à aquisição do saber. Desta forma, a alfabetização estará contribuindo na formação integral do jovem e do adulto e o conhecimento adquirido irá muito além de um simples saber, para um saber fazer, onde o alfabetizando aprimore seus conhecimentos, seu pensamento crítico-reflexivo, realize-se como indivíduo, atue e transforme a comunidade em que vive, de acordo com suas necessidades.

Basta analisar o grande número de analfabetos na atualidade brasileira, para verificar a necessidade de resgatar a alfabetização de jovens e adultos como fundamental para o melhor desenvolvimento do país e como uma forma de mobilização social para que, no futuro, o nosso país não permaneça em crise cultural.

7 Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Vozes, 1985.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1993.

IBGE, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. Divisão de Ensino Fundamental. **Padrão referencial**

de currículo: 1ª versão, educação de jovens e adultos, ensino fundamental. Porto Alegre, 1998.

SARUP, Madan. **Marxismo e educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.